**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**

**PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS**

**DIVISÃO DE PATRIMÔNIO**

### **ATUALIZAÇÃO DE CARGA PATRIMONIAL**

### **Data:**

### **Dados do Setor**

|  |  |
| --- | --- |
| Nome do Setor |  |
| Sigla |  |
| Quantidade de materiais |  |
| Valor da carga patrimonial |  |

**Dados do titular da carga patrimonial (Deve ser o de maior hierarquia no setor)**

|  |  |
| --- | --- |
| Nome do Servidor Responsável |  |
| SIAPE |  |
| Cargo |  |
| Função |  |
| Portaria de Nomeação |  |

\* Valor e quantidade de acordo com o SCPU (SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL DA UFRRJ), podendo ter alterações, conforme baixas e entradas de bens no respectivo setor.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Assinatura**

**Titular da carga patrimonial**

**Obs1. Essa atualização é imprescindível para apresentação da conferência física e financeira dos bens permanentes da UFRRJ (inventário anual) aos Órgãos de controle.**

**Preencher e formar processo no Setor de protocolo da UFRRJ, encaminhando para a Divisão de Patrimônio.**

**Obs2. Esses dados são importantíssimos para atualizarmos os sistemas de controles patrimoniais (SCPU, SISPAT, SIPAC e SIADS).**

**Embasamento legal:**

BRASIL. (17 de Março de 1964). LEI 4320. *Normas Gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União,dos Estados,dos Municipios e do Distrito Federal*, p. arts.70;83;89 e 96.

BRASIL. (8 de ABRIL de 1988). Instrução Normativa 205. *Instrução Normativa - I.N., com o objetivo de racionalizar com minimização de custos o uso de*.

BRASIL. (30 de outubro de 1990). DECRETO 99658. *Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.*

BRASIL. (11 de DEZEMBRO de 1990). LEI 8.112. *REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO,DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS*.

BRASIL. (2 de JUNHO de 1992). LEI 8.429. *Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências*.

 BRASIL. (28 de novembro de 2018). Portaria n° 385. Institui o sistema integrado de gestão patrimonial- SIADS